COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 7.038, DE 2017

Assegura ao consumidor o direito de livre escolha da oficina em casos de cobertura dos danos em veículo por seguradora.

Autor: Deputado MAIA FILHO

Relator: Deputado JOSE STÉDILE

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 7.038/2017, de autoria do ilustre Deputado Maia Filho, busca, em cinco artigos, assegurar ao consumidor a liberdade de escolha de oficina, para reparo de danos em veículo segurado.

No art. 1º, confere ao adquirente do plano de seguro, bem como a eventual terceiro envolvido no sinistro, a faculdade de escolher oficina, conforme a sua livre preferência, para a realização de qualquer tipo de reparo, desde que a prestadora esteja constituída como pessoa jurídica. Assinala, também, a obrigatoriedade de que sejam observados os preços médios praticados no mercado para serviços de mesma natureza.

No art. 2º, estabelece às seguradoras o dever de informar aos consumidores o seu direito de escolha e de fazer constar tais termos no ajuste firmado com o consumidor contratante.

No art. 3º, fixa a vedação à oposição de obstáculo ou de tratamento diferenciado em razão do exercício de livre escolha pelo contratante do plano de seguro ou por terceiro envolvido no sinistro. Proíbe, também, a

imposição de qualquer tipo de relação de oficinas que limite o direito de escolha do consumidor.

No art. 4º, remete às sanções previstas Código de Proteção e Defesa do Consumidor, sem prejuízo de outras aplicáveis, em caso de descumprimento. Por fim, o art. 5º estabelece cláusula de vigência imediata, na data da publicação oficial.

Em 29/03/2017, foi apresentado, pelo Deputado Cabo Sabino, o requerimento nº 6.175/2017, em que pretendia a tramitação conjunta da proposição sob análise com o Projeto de Lei nº 5.097/2016, por tratar de matéria idêntica. O pleito, no entanto, foi indeferido, com fundamento no parágrafo único do art. 142, do RICD, por ser intempestivo.

A proposição tramita em regime ordinário e submete-se à apreciação conclusiva das Comissões de Defesa do Consumidor; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (arts. 24, II e 54, RICD).

Nesta Comissão de Defesa do Consumidor, o prazo regimental de cinco sessões fluiu sem apresentação de emendas.

II – VOTO DO RELATOR

No âmbito desta Comissão, nos termos do art. 32, V, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a análise da iniciativa no que se refere a relações de consumo, medidas de defesa do consumidor, composição, qualidade, apresentação, publicidade e distribuição de bens e serviços.

O projeto de lei sob minha relatoria, apresentado pelo ilustre Deputado Maia Filho, busca assegurar ao consumidor a liberdade de escolha de oficina, desde que constituída como pessoa jurídica, para reparo de danos decorrentes de sinistro envolvendo veículo segurado, *“sem que isso implique por si só negativa da indenização ou reparação”*. Tal faculdade, nos termos da

iniciativa, estende-se ao terceiro envolvido no incidente e que deva ser ressarcido pela seguradora.

Além disso, a proposição estabelece às seguradoras a obrigatoriedade de informar ao contratante o seu direito de escolha e de fazer constar por escrito essa faculdade no ajuste firmado com o consumidor. Veda, da mesma forma, a oposição de obstáculo ou de tratamento diferenciado em razão do exercício de tal direito, assim como proíbe a imposição de qualquer tipo de relação de oficinas que limite o direito de escolha do consumidor.

Tenho por oportuna e bastante razoável a medida proposta. Concordo com o autor do projeto que o prestador de serviço que efetuará o reparo no veículo deve ser da escolha pessoal do proprietário, conforme vier a merecer sua confiança e livre preferência. E, assim como o nobre colega, também entendo que a imposição, pela seguradora, de uma seleta lista de credenciados para a realização do serviço implica a formação de uma odiosa reserva de mercado, que não traz qualquer benefício, nem ao consumidor, nem aos demais agentes que atuam no mesmo ramo de atividade.

O contrato de seguro tem natureza comutativa, o que significa dizer que as partes, no momento da celebração, já sabem exatamente quais serão as suas obrigações: ao segurado cabe o pagamento do prêmio, enquanto a seguradora se obriga a garantir o legítimo interesse do adquirente do plano, dentre os quais estão a proteção contra risco e o ressarcimento de danos, nos exatos limites da cobertura contratada. Essa é, inclusive, a dicção do art. 757, do Código Civil, ao estabelecer que “pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados”.

A Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que supervisiona o segmento, editou a Circular nº 269, de 04 de outubro de 2004, cujo art. 14 expressamente determina que “*deverá ser prevista contratualmente a livre escolha de oficinas pelos segurados, para recuperação de veículos sinistrados*”. Desse modo, cabe à seguradora apenas aferir se o dano decorreu de um risco coberto no contrato e promover a respectiva recomposição

patrimonial, nos limites da apólice, sem condicioná-la à realização do reparo por uma lista prestadores selecionados.

Ademais, a imposição de lista de estabelecimentos em que o reparo do veículo sinistrado deve ser feito, além de contrariar norma regulamentar vigente, constitui prática abusiva, capitulada no art. 39, I, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, que veda o condicionamento do fornecimento de produto ou serviço à aquisição de outro. E, ainda que haja a previsão contratual para esse condicionamento, sabemos que se trata de contrato de adesão, em que a autonomia da parte vulnerável na relação é bastante reduzida, o que torna tal prática comercial ainda mais reprovável.

Fato é que, como a previsão normativa acerca da matéria é genérica, muitas seguradoras ainda vinculam a recomposição do dano à realização do serviço de reparo em oficinas determinadas, sob pena de recusa da cobertura securitária. E, ainda que façam constar do contrato a liberdade de escolha da oficina em que o consumidor pode efetuar o serviço, na prática, criam obstáculos ao exercício desse direito.

Nada impede que as seguradoras estabeleçam uma lista de oficinas credenciadas em que o serviço possa ser realizado, desde que não vincule o ressarcimento do dano à escolha de um dos estabelecimentos integrantes da relação. Em verdade, o ato de credenciamento atrai para seguradora, enquanto fornecedora, a responsabilidade solidária pelo defeito no serviço prestado pela oficina por ela indicada, nos exatos termos do art. 7º, parágrafo único, art. 25, §1º, e art. 34, do CDC. Trata-se, no entanto, de mera comodidade, que não pode, jamais, afastar a liberdade do consumidor de optar pela realização do reparo do seu veículo por prestador de sua confiança.

A iniciativa foi muito feliz, também, ao fixar, para as seguradoras, o dever de informar ao consumidor o seu direito de livre escolha, incluindo, em tal obrigação, as respectivas centrais de autoatendimento. Além disso, a expressa remissão à disciplina sancionatória do Código de Proteção e Defesa do Consumidor traz para a norma a cogência necessária e mecanismos de repressão, em caso de descumprimento.

Quanto à análise de regimentalidade e ajustes de técnica legislativa, submeto à apreciação da Comissão de Constituição e de Justiça e de Cidadania, na forma do art. 53, III, do RICD.

Firme no exposto, meu voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 7.038, de 2017.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado JOSE STÉDILE
Relator